



Estado Do Rio Grande Do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE



Rio Grande, 08 de Abril de 2019.

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO:** O presente termo tem por objetivo o credenciamento de prestador para a realização de exames e procedimentos especializados na área de oftalmologia a fim de atender a demanda dos usuários do SUS do município, conforme relação abaixo:

ITEM	EXAME	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (MÉDIA)	VALOR TOTAL MÁXIMO MENSAL
1	ANGIORETINOGRRAFIA	BINOCULAR	R\$ 255,00	R\$ 7.000,00 (independente da quantidade de exames)
2	RETINOGRRAFIA FLUORESCENTE	BINOCULAR	R\$ 151,00	
3	BIOMETRIA	BINOCULAR	R\$ 115,86	
4	CAMPIMETRIA/CAMPO VISUAL	BINOCULAR	R\$ 94,50	
5	FOTOCOAGULAÇÃO A LASER	MONOCULAR	R\$ 235,18	
6	PAQUIMETRIA	BINOCULAR	R\$ 79,71	
7	RETINOGRRAFIA SIMPLES OU PAPILOGRAFIA	BINOCULAR	R\$ 73,01	
8	MICROSCOPIA ESPECULAR	BINOCULAR	R\$ 97,93	
9	YAG LASER	MONOCULAR	R\$ 223,30	
10	TOPOGRAFIA	BINOCULAR	R\$ 89,43	
11	ECO OCULAR	BINOCULAR	R\$ 182,10	
12	OCT	BINOCULAR	R\$ 360,00	

**VALOR ESTIMADO MENSAL: R\$ 7.000,00**

**VALOR ESTIMADO ANUAL: R\$ 84.000,00**



## REQUISITOS

1. O prestador dos serviços deverá disponibilizar local, equipamentos, materiais e profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades;
2. Os valores não poderão exceder o teto máximo por mês, de acordo com o estimado na tabela acima;
3. Caso haja mais de um prestador interessado, como se trata de demanda previamente quantificada, o critério de distribuição terá em conta um montante que será dividido entre os credenciados, de acordo com a capacidade de oferta de cada prestador, a necessidade técnica e capacidade financeira da SMS;
4. Havendo mais de um prestador interessado no mesmo item, com sedes em Municípios diferentes, os exames somente serão encaminhados, após ultrapassar a cota máxima do prestador com sede mais próxima de Rio Grande;
5. O prestador deverá atender a quantidade total ou a sua capacidade instalada, que deve ser informada no credenciamento, e no caso do não cumprimento do ofertado, a Secretaria Municipal da Saúde tomará as providências jurídicas cabíveis para cancelamento do contrato;
6. O serviço aqui previsto deverá ser realizado pela Contratada após o recebimento da Ordem de Execução de Serviço, expedida pela Secretaria de Município da Saúde, a qual se obriga a realizar tal serviço com pessoal qualificado, mediante emprego de atendimento e técnicas adequadas;
7. Os encaminhamentos para os exames serão feitos pela Central de Marcação de Consultas Especializadas e Exames - CMCE/SMS;
8. Os laudos dos exames deverão ser impressos e assinados por profissional habilitado e encaminhado para a Central de Marcação de Consultas Especializadas e Exames - CMCE/SMS;
9. O Pagamento será efetuado mensalmente, após a realização dos procedimentos, tendo como critério de pagamento os procedimentos comprovadamente realizados;
10. Os pagamentos referentes aos procedimentos realizados sofrerão as retenções previstas na legislação vigente;
11. A vigência do Credenciamento é de 05 (cinco) anos a contar da data de publicação do Edital de Chamamento Público para Credenciamento.



Estado Do Rio Grande Do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE



12. Para os valores utilizados, foram realizadas pesquisas de mercado e consulta a tabela de procedimentos SUS (SIGTAP);
13. Para o credenciamento de pessoas jurídicas, além dos documentos obrigatórios exigidos pela Lei 8.666/93 ainda devem ser apresentados: 3.6. Registro ou inscrição do estabelecimento no respectivo Conselho de Classe Regional; 3.7. Alvará de localização e funcionamento fornecido pelo Município da sede do estabelecimento; 3.8. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária competente; 3.9. Cópia autenticada do registro no CNES (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde); 3.10. Curriculum Vitae resumido do Responsável Técnico (cópia da C.I., diploma e certificados de especialidade, devidamente reconhecidos pela respectiva entidade de classe);
14. Nos casos em que esta solicitação for omissa prevalecem as normas previstas na Lei 8666/93.

**Maicon De Barros Lemos**  
**Secretário de Município da Saúde**

*Maicon de Barros Lemos*  
Secretário de Município da Saúde  
Matr.: 9789-6